



PARECER TÉCNICO – ASSESSORIA JURÍDICA

Data: 17/05/2019

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 48/2019 que “**Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com a Associação de Turismo da Serra Nordeste – ATUASERRA, Instância de Governança Oficial da Região Uva e Vinho, e dá outras providências.**”

Relatório:

Propõe o Poder Executivo através do presente Projeto de Lei, autorização para conceder contribuição à Associação de Turismo da Serra Nordeste – ATUASERRA, no valor de R\$ 700,00 (quinhentos reais) mensalmente, visando a associação junto a entidade. O Termo de Convênio terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta meses).

O Poder Executivo, na exposição de motivos, ressalta que o município, no ano de 2014 já havia firmado termo de Convênio e Cooperação com o mesmo objetivo, sendo necessária nova autorização.

Fundamentação:

Os repasses de recursos financeiros devem observar o disposto nos arts. 4º e 26 da Lei Complementar nº 101¹, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas, e prevê que a destinação de recursos deverá ser autorizada por Lei específica.

Deve, também, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentar as condições e exigências necessárias, para que o respectivo repasse ocorra no exercício da LDO, tendo esta exigência previsão na LRF.

O art. 66, XXVIII da Lei Orgânica Municipal², confere competência ao Município a iniciativa do Projeto de Lei em tramitação.

¹ Lei Complementar nº 101/2000:

Art.4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição e:

I- Disporá também sobre:

(...)

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Art.26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou sem seu créditos adicionais.

² Art. 66. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

(...)

XXVIII – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara Municipal;



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



PARECER TÉCNICO – ASSESSORIA JURÍDICA


Data: 17/05/2019

Diante disso, a autorização para subsidiar a entidade encontra amparo no próprio Projeto de Lei, que, em sendo aprovado, tornar-se-á a Lei Específica.

O art. 34, V, da Lei Orgânica Municipal³, dispõe como competência da Câmara Municipal apreciar matéria que trata de auxílio e subvenções.

Opinião:

Pelo exposto é pela viabilidade jurídica do Projeto em análise.


Claudete Pissaia
Assessora Jurídica
OAB/RS 79.121

³ Art. 34. Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito:
(...)

V – autorizar a concessão de auxílios e subvenções;